

POLÍCIA MILITAR MIRIM: FERRAMENTA DE APROXIMAÇÃO DA PMGO COM A COMUNIDADE INFANTO-JUVENIL

CHILDREN'S MILITARY POLICE: APPROXIMATION TOOL OF PMGO WITH THE INFANTO-YOUTH COMMUNITY

MARANHÃO, Marcos Vinicius¹

VILARINHO, Tatiane Ferreira²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discorrer sobre a Polícia Militar Mirim do Estado de Goiás e sua importância para a aproximação da comunidade infanto-juvenil com a PMGO. Esse programa ao longo de sua existência tem apresentado resultados satisfatórios, pois, as crianças beneficiadas tornam-se verdadeiras cidadãs cientes de seus direitos, obedientes às normas com reconhecimento da importância dos valores aprendidos na família. Para a construção deste artigo foi realizada pesquisa de campo utilizando questionário aplicado a três grupos para conhecer melhor o funcionamento do programa e o grau de sua aprovação. O primeiro grupo é formado pelos adolescentes inscritos, o segundo por suas famílias e o terceiro pelos instrutores responsáveis pela aplicação do projeto. Cada grupo respondeu um questionário, com questões abertas e específicas a seu grupo. Foram estes os escolhidos por serem os atingidos diretamente pelo programa. Como resultado constatou-se que os benefícios do Programa Polícia Mirim no Estado de Goiás são inúmeros, pois, verificou-se principalmente no grupo composto pelos adolescentes inscritos, motivação para participar das atividades, mudança de comportamento, aproximação com a polícia militar, prevenção às drogas e a criminalidade.

Palavras-chaves: Polícia Militar Mirim. Polícia Militar de Goiás.

ABSTRACT

This study aims to discuss the Children's Military Police of the State of Goiás and its importance for the approximation of the community of children and youth with PMGO. Throughout its existence, this program has shown satisfactory results, since the beneficiary children become true citizens aware of their rights, obedient to the norms with recognition of the importance of the values learned in the family. For the construction of this article a field research was carried out using a questionnaire applied to three groups to know better the operation of the program and the degree of its approval. The first group is formed by the enrolled adolescents, the second by their families and the third by the instructors responsible for the project implementation. Each group answered a questionnaire, with questions open and specific to their group. These were the ones chosen because they were directly affected by the program. As a result, it was found that the benefits of the Children's Military Police in the State of Goiás are numerous, as it was mainly found in the group composed of adolescents enrolled, motivation to participate in activities, behavior change, approximation with military police, drugs and crime.

Keywords: Children's Military Police. Military Police of Goiás.

¹Aluno do Curso de Formação de Praça do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, marcosvinicius.maranhao@gmail.com, Goiânia–Go, junho de 2018.

²Orientadora, doutora, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, tatiane.vilarinho@pm.go.gov.br, Goiânia–Go, junho de 2018.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os fatores que aumentam gradativamente a violência, está a exposição de crianças e adolescentes vulneráveis socialmente, às drogas e a criminalidade. A prevenção apresenta-se como medida eficaz para evitar que estes cidadãos em formação se tornem dependentes químicos ou infratores da lei, e que o Estado tenha que usar da repressão para coibir este problema.

Ações que possibilitem a prevenção e a repressão às drogas e a violência encontram previsão legal no Brasil, seja na Carta Magna ou nas demais leis. E segundo o Art. 144, § 5º da Constituição Federal de 1988, cabe às polícias militares a polícia ostensiva e preservação da ordem pública.

Observando os altos indicadores de violência, que apontam o uso de drogas como motivo predominante, a Polícia Militar do Estado de Goiás - PMGO, identificou que investir na antecipação da conscientização destes jovens poderia ser uma ferramenta de grande valia, passando a desenvolver programas preventivos como o Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD e Programa Polícia Militar Mirim - PPMM. Estes programas são modalidades que surgem da filosofia de policiamento comunitário de proximidade e orientado a solução de problemas, buscando a interação entre a sociedade, a família, os jovens e a PMGO.

Diante disso, questiona-se: a PPMM seria uma ferramenta eficiente de interação com a comunidade infanto-juvenil, prevenindo o acesso às drogas e a criminalidade?

Para responder a esse questionamento este artigo científico pautou-se na revisão literária e na pesquisa quantitativa com familiares, instrutores e a comunidade na qual estão inseridos os jovens matriculados no Programa do 31º Batalhão de Polícia Militar – 31º BPM (Batalhão Guardião), para verificar se o PPMM seria uma ferramenta eficiente de interação com a comunidade infanto-juvenil, prevenindo o acesso às drogas e a criminalidade, apontando se as crianças e adolescentes tiveram mudanças na sua conduta social.

Este trabalho terá expressiva contribuição para Polícia Militar, pois caso se identifique a efetividade do programa na interação preventiva com o público infanto-juvenil a PMGO poderá expandir para outras comunidades, ou, caso se mostre ineficiente, eventualmente pode incentivar a instituição estudar mudanças e aplicá-las para melhorias, sejam elas estruturais, didáticas etc. visando alcançar seu objetivo proposto de uma resposta eficiente ao clamor da sociedade.

A princípio aborda-se sobre o policiamento comunitário, sua interação com a sociedade e posteriormente destaca-se o Programa Educacional de Resistência às Drogas -

PROERD e Programa Polícia Militar Mirim – PPMM que são decorrentes da filosofia do policiamento comunitário.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

O policiamento comunitário tem como principal característica a aproximação como a comunidade no qual se busca o envolvimento e comprometimento com as pessoas visando a preservação da ordem pública, da vida e do patrimônio das pessoas. Nessa dinâmica o trabalho realizado estabelece a confiança mútua entre o policial e o cidadão, entre a população e o Estado.

Em todo o mundo o policiamento comunitário mais conhecido é o do Japão sendo ele o mais antigo também. Nos Estados Unidos Arthur Woods foi o primeiro americano a propor esse modelo de policiamento. O intuito foi analisar se a polícia poderia responder de maneira sensível aos anseios dos cidadãos ao incluir nas camadas mais vulneráveis um policiamento que fosse capaz de reconhecer a importância de se oferecer um policiamento pautado na dignidade da pessoa humana e que estivesse mais próximo das pessoas (BOHN, 2014).

As estratégias utilizadas por Woods são conhecidas atualmente como policiamento comunitário. Dentre essas estratégias estão a designação de sargentos para visitar escolas e expor o trabalho da polícia ressaltando que sua função não é apenas enfrentar criminosos, mas também atuar dentro do bairro para conhecer suas particularidades e melhorar sua segurança para que as pessoas possam viver melhor (BOHN, 2014).

Com o aumento da criminalidade em todo o mundo, concluiu-se que a polícia tradicional não estava sendo capaz de reduzir os índices de crimes, já que o aumento de viaturas e de repressão além de não contribuir para a diminuição de crimes, ainda aumentou a descrença na polícia. Nesse sentido, o policiamento comunitário surgiu como uma possível saída para mudar tal cenário, pois, estudos como o de Bayley e Skolnick (2002) demonstrou que apenas aumentar o efetivo nas ruas, além de não coibir ações de criminosos, também não contribuiu para o aumento de crimes resolvidos.

Neto (2011) citado por Bohn (2014) o modelo de polícia comunitária surge com três objetivos: viabilizar a transformação na polícia militar, abrir as portas dos

quartéis para a população, estender o diálogo, ao possibilitar a troca de informações em uma parceria entre polícia e cidadão, assim como estreitar laços.

Nesse sentido, possui uma filosofia de prestação de serviço completo e personalizado, em que o policial trabalha em parceria com o cidadão preventivamente identificando e resolvendo problemas de modo descentralizado. Um conceito de aceitação universal que se torna uma expectativa nacional para o órgão que se mostra o mais acessível do Estado (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 1994, p. 6).

A polícia comunitária deve trazer resultados mais significativos que o modelo tradicional, por que restaura o viés preventivo que apresenta o policial como comissário da paz, da ordem e dos direitos humanos, não sendo apenas uma forma de elevar a imagem da polícia, mas sim uma técnica orientada a dividir a responsabilidade com o cidadão para implantar melhores políticas de segurança.

A ideia central do policiamento comunitário, é que o público tem de executar de forma mais ativa e coordenada seu papel, para obter-se segurança. Somente a polícia não consegue arcar, com essa responsabilidade, pois até mesmo o sistema de justiça criminal atual não pôde fazê-lo, e a representação da sociedade, é como coprodutor da segurança e da ordem ao lado da polícia (SKOLNICK E BAYLEY, 2002, p. 18).

No Brasil de modo empírico na década de 80 algumas polícias de forma retraída aplicavam o policiamento comunitário por meio de um pequeno número de policiais. Unanimemente se aceitou a experiência aplicada em 1994 nas cidades de Guaçuí e Alegre no Espírito Santo denominada como polícia interativa, pelo Tenente Júlio Cesar Costa orientado pelo Coronel Carlos Nazareth Cerqueira.

Em Goiás o surgimento do policiamento comunitário se deu no ano de 1998 com a implementação do PROERD, mas foi em 2000 quando alguns policiais militares se deslocaram até Brasília para participarem do curso de multiplicador de polícia comunitária segundo as diretrizes elencadas no Plano Nacional Segurança Pública.

No Estado de Goiás a implementação desse policiamento na Polícia Militar – PMGO, representou uma ruptura com os paradigmas existentes, quanto a atividade policial militar, vez que tradicionalmente a formação profissional era voltada a meios repressivos distantes da sociedade. Desta forma, tornando-se um desafio convencer os policiais militares que os conceitos desta filosofia e um fenômeno que vários países experimentam.

Posteriormente em 2003 passava a integrar a matriz curricular dos cursos da PMGO a disciplina de Policiamento Comunitário, mas observava-se nos pátios dos quartéis oposição e crítica a nova ideologia muitas vezes estabelecida pela distorção e falácia acerca do novo modelo de policiamento.

Em 2004 o entusiasta Tenente-Coronel Silvio Benedito Alves desenvolvia um projeto piloto de polícia comunitária no 14º Centro Integrado de Operações de Segurança – CIOPS, começava uma longa programação de cursos de polícia comunitária dividido em dois níveis: multiplicadores e promotores. Em paralelo os conselhos comunitários de segurança pública capacitavam agentes e conselheiros. Percorrendo o estado participavam todos os afetos a segurança pública: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, agentes públicos e pessoas da comunidade, entre 2005 e 2006 começou maciçamente por meio de material gráfico a divulgar a polícia comunitária. Mas a oposição entre as filosofias era imensa, e menos conhecimento da polícia comunitário implicava em maior aversão, difundindo a ideia de que a polícia se enfraqueceria.

Em 2013 agora Comandante Geral da PMGO, Coronel Silvio Benedito Alves, cria o Centro de Polícia Comunitário – CPCCom com o objetivo de planejar, desenvolver e agregar condições para o desempenho das atividades de polícia comunitária em todas as unidades da PMGO, composto por: I – Seção de Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência– PROERD; II – Seção de Polícia Comunitária; e III- Seção de Polícia Mirim e RAS.

Implantando definitivamente a filosofia de policiamento comunitário de modo significativo para as comunidades com ações que levam em consideração as necessidades do mundo ao seu redor, gerenciando e organizando meios para tal fim, como disse SKOLNICK e BAYLEY (2002, p. 18).

Qualificar e valorizar o agente de segurança pública se torna um pilar para qualquer programa consistente de redução de criminalidade. A criminalidade evolui e exige aperfeiçoamento constante de conhecimentos e equipamentos dos agentes, sendo capacitando permanentemente para servir a comunidade, sendo essa a ênfase dos programas de capacitação na área de segurança pública (PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2000, p. 27) e em específico dentro do policiamento comunitário destaca-se o Programa Educacional de Resistência às Drogas em razão de ser ofertado à comunidade e viabilizar uma maior aproximação entre as pessoas e o policial militar.

2.2 PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD)

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) é resultado do esforço cooperativo entre a Polícia Militar, a Escola e a Família. Tem como objetivos: fornece informações aos estudantes sobre álcool, tabaco e drogas afins; ensinar os estudantes, as formas de dizer não às drogas; ensinar os estudantes a tomar decisões e as consequências de

seus comportamentos; trabalhar a autoestima das crianças, ensinando-as a resistir às pressões que as envolve (PROERD/GO, 2016).

O referido programa tem é desenvolvido a partir do tripé Família/Escola/Polícia que em consonância pode desenvolver um trabalho coordenado para combater o uso de drogas e evitar práticas violentas tanto em casa, quanto na sociedade. Esse trabalho feito em parceria permite que todos os membros da família possam participar das ações propostas e acompanhar o desenvolvimento da criança e do adolescente no projeto, sendo que as ações desenvolvidas pelos professores, polícia pelos policiais instrutores, devem ser executadas com harmonia, intensidade e principalmente com empenho nos objetivos e intuítos do PROERD (LINHARES, 2006).

As estratégias desenvolvidas no PROERD priorizam fatores de proteção como competência social, habilidades de se comunicar, autoestima, empatia, tomada de decisões, resolução de conflitos, objetivo de vida, independência, alternativa positiva ao uso de drogas e outros comportamentos que não contribuem para sua formação humana (LINHARES, 2006).

O PROERD teve início no Estado de Goiás no ano de 1998, mas em 2002 passou a ser considerado estratégico como ferramenta de prevenção primária passando a integrar o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD. Atualmente aplicam o programa mais e 58 países com diferentes nomes e denominações, mas todos baseando-se no modelo dos Estados Unidos da América, o *Drug Resistance Education* - DARE inclusive com materiais didáticos adaptados a realidade dos diferentes países formando mais de 30 milhões de crianças ao redor do mundo.

Hoje em todo o território nacional se aplica o programa por meio exclusivo da Policias Militares – PM, dos estados. Policiais que foram treinados para atuar em sala de aula preparados para atuar com uma metodologia que explora o lúdico em crianças e adolescentes, ao concluírem o programa os alunos recebem os certificados na celebração da formatura ao final das onze lições.

Além dos benefícios colhidos com a formação das crianças e adolescentes, vários impactos positivos na comunidade escolar são observados com a presença de um instrutor policial fardado dentro de sala de aula, aproximando a comunidade escolar da instituição policial militar criando um vínculo de confiança e respeito ao mesmo tempo em que afasta possíveis situações de violência e criminalidade.

O PROERD se fortalece na acessibilidade que sua linguagem tem com as faixas etárias ao qual é direcionado, grupos que desenvolvem atividades interativas em uma aprendizagem cooperativa, atividades projetadas de modo que estimulam os estudantes a

solucionar as problemáticas da fase em que estão, e ao final do curso fazem um compromisso de se manterem longe das drogas.

Tendo quase que unanime aceitação por pais e educadores, falta uma pesquisa a nível nacional para que o programa seja avaliado. E imprecisa a mensuração da influência dos ensinamentos na vida dos alunos após o término do programa, como apontou LEMES (2012).

2.3 POLÍCIA MIRIM

A polícia mirim surgiu no Brasil diante da necessidade de combate à criminalidade e a partir de uma aproximação maior com a comunidade retirar crianças e adolescentes das ruas e da marginalidade a partir de um trabalho preventivo. Nesse sentido, permite também um trabalho preventivo contra as drogas e o vandalismo (OLIVEIRA, 2017).

Evans Franco (2014) citado por Oliveira (2017) menciona que a primeira guarda mirim do Brasil surgiu em Rio Claro (SP), em 1961 sendo que seu objetivo à época era oferecer ocupação aos jovens, sobretudo, os mais carentes e retirá-los das ruas. Tinha uma atuação pautada no trabalho da Polícia Militar respeitando-se a disciplina e a primeira turma atuou no trânsito daquele município.

Conforme Oliveira (2017) a guarda mirim associa suas ações às da polícia comunitária que atua diretamente em bairros e regiões das cidades viabilizando um policiamento atuante e participativo das situações e necessidades de cada núcleo e a partir dessa atuação pode desenvolver um projeto social focado no profissionalismo, na prática e na defesa do cidadão, buscando-se a ordem social.

O referido programa tem respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente, que em seu art. 68, reconhece a implantação de programa social voltado para o trabalho educativo, sob a responsabilidade de entidade governamental sem fins lucrativos que venha assegurar ao adolescente as condições de capacitação educacional e profissional.

A Recomendação nº 01 de 28 de abril de 2011 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança de Minas Gerais considera a Guarda Mirim como uma entidade de direito público ou privado que, se propõe a se inseri-la no conceito de programa social.

Em razão de sua natureza voltada para a conscientização de crianças e jovens sobre a importância dos valores e da prevenção às drogas e criminalidade, Smaniotto (2009) ressalta que por meio dos resultados positivos para a comunidade é possível perceber a importância da guarda mirim enquanto instituição pedagógica da classe dominante à dominada. Ou seja, crianças e adolescentes que participam dela podem vivenciar a cidadania,

sentir-se útil para a comunidade e ter sua contribuição reconhecida pela corporação dentro das atribuições que lhe são específicas.

Oliveira (2017) ressalta que a guarda mirim vai além do atendimento à comunidade, pois, o trabalho feito com crianças e jovens é relevante e tem uma estruturação excelente com ementas e disciplinas planejadas. O trabalho é desenvolvido em parceria com órgãos públicos, voluntários e a sociedade civil que juntos, buscam oferecer um trabalho cada vez melhor para o público atendido com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ser garantindo seu direito de participação na sociedade assim como o exercício da cidadania.

Conforme Smanioto (2009, p. 21)

A Guarda Mirim pode ser entendida como uma escola informal de educação para as crianças e adolescentes filhos de proletários do município, atuando no sentido de proporcionar aos menores a construção do consenso em relação ao sistema capitalista, ou seja, para que deixassem suas posições de classe de lado e atuassem com submissão junto à burguesia. Figura-se num projeto voltado para as particularidades da infância da juventude ao mesmo tempo em que respeita os parâmetros legais como Estatuto da Criança e do Adolescente que priorizam a plena formação do ser humano com respeito ao desenvolvimento físico, cognitivo, moral e psicológico (Smanioto, 2009, p. 52).

esta lei garante proteção integral a esse segmento etário assegurando-lhe todas as oportunidade e facilidades, para que possam se desenvolver em condições de liberdade e dignidade, a eles são garantidas prioridades no atendimento de suas necessidades quando precisarem de socorro, também na utilização do serviço público e quando da destinação de verbas e políticas sociais e a polícia mirim, dentre outros aspectos garante que a criança e o adolescente tenham essa proteção integral enquanto membro dessa instituição.

3 METODOLOGIA

O presente artigo teve como objetivo identificar se o Programa Policia Militar Mirim pode ser uma ferramenta eficaz de interação com a comunidade infanto-juvenil, na prevenção do acesso às drogas e a criminalidade.

Para compreender o tema proposto fez-se a princípio uma revisão da literatura em obras, artigos e revistas que ofereceram subsídios para analisar os dados obtidos na pesquisa de campo numa perspectiva quantitativa.

A pesquisa foi realizada com familiares, instrutores e comunidade na qual estão inseridos os jovens matriculados no Programa do 31º Batalhão de Polícia Militar – 31º BPM (Batalhão Guardião).

O questionário foi previamente elaborado com questões abertas as quais procuraram coletar dos entrevistados sua percepção sobre o trabalho desenvolvido por meio do Programa Polícia Militar Mirim e de que maneira suas ações podem contribuir para a prevenção de drogas e de criminalidade.

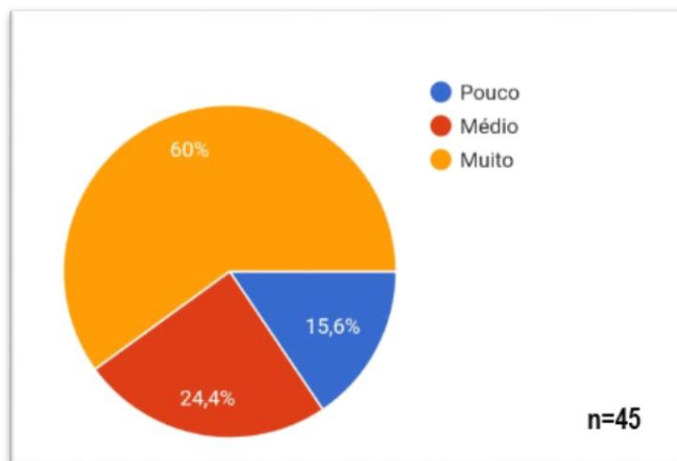
Os entrevistados responderam junto ao pesquisador e os dados foram coletados entre os dias 14 e 24 de maio no Batalhão Guardião onde foi possível contatar todos as pessoas selecionadas para a amostra sendo 10 instrutores 45 familiares e 45 jovens participantes do PPMM.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 JOVENS MATRICULADOS NO PROGRAMA

Os gráficos 1 a 4 trazem os resultados do questionário aplicado aos 45 jovens matriculados no Programa Polícia Mirim do Estado de Goiás.

Gráfico 1: Relação das atividades do programa com preparação psicológica para a vida adulta



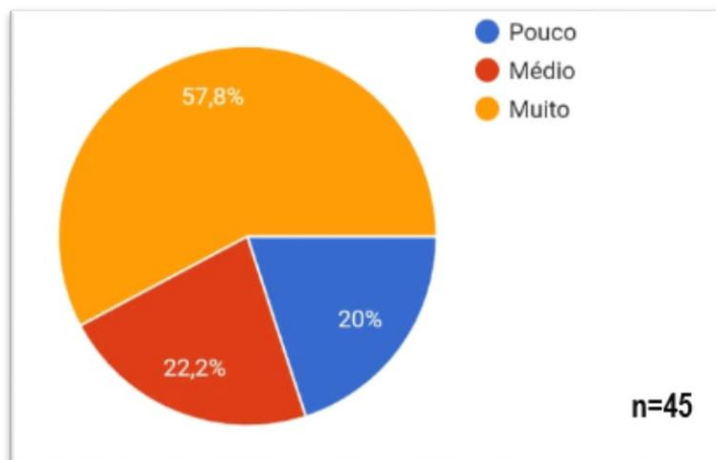
Fonte: O Autor (2018)

A questão número 1 procurou saber os entrevistados se as atividades apresentadas neste programa os preparam psicologicamente para as dificuldades que possam surgir na vida adulta. Os dados mostram que 15,6% responderam que prepara pouco, 24,4% consideram médio e 60% responderam que contribui muito.

Oliveira (2017) em seu estudo sobre a Guarda Mirim em Jussara-Go ressaltava que esse projeto assume um caráter voltado para as políticas públicas ao atender as necessidades sociais com foco no cidadão e na prevenção de crimes que envolvem crianças e adolescentes,

sendo esse um trabalho que está para além da teoria das regras, de modo racional colaborando e colocando em prática, diferentes meios para auxiliar a comunidade.

Gráfico 2: Relação entre as atividades desenvolvidas e aproximação com a polícia



Fonte: O Autor (2018)

Esta questão procurou saber se as atividades apresentadas neste programa os aproximaram da PMGO. Conforme os dados obtidos 20% disseram que aproxima pouco, 22% considera médio e 57,8% responderam que aproxima muito.

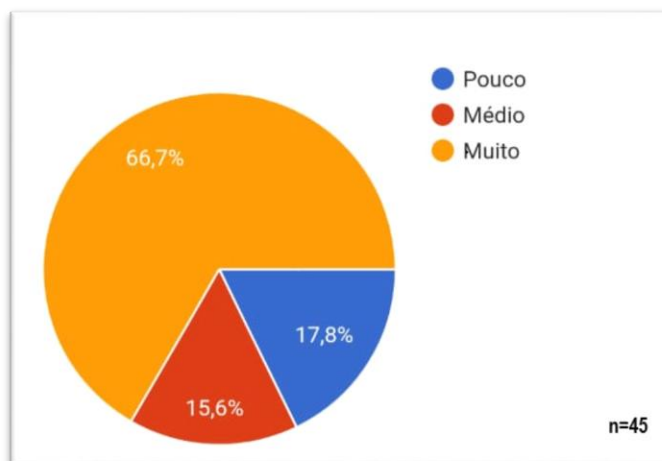
A aproximação da população como a polícia militar é de grande importância, pois se fortalece as interações e de maneira gradativa se consegue a construção da confiança no qual a PM passa a ser vista como parceira.

Nesse sentido, Oliveira (2017) afirma que o PPMM tem por objetivo realizar um trabalho de combate às drogas e à criminalidade a partir da formação de crianças e adolescentes a partir de lições básicas de cidadania, respeito e acompanhamento em suas tarefas escolares.

De acordo com Linhares (2006) atualmente tem sido demonstrado que a eficácia dos programas de prevenção está associada tanto à forma de aplicação quanto ao conteúdo do programa, pois, quanto mais interativo e voltado para a formação do sujeito como um todo, melhor será o resultado.

Skolnick e Bayley (2002) ressaltam que a melhoria da qualidade dos serviços da Polícia Militar depende da maneira como o profissional consegue atender as necessidades e demandas do cidadão sendo essa uma maneira de garantir maior efetividade e eficiência aos serviços prestados, assim como estabelecer um bom relacionamento com a sociedade.

Gráfico 3: Relação entre a participação no programa e mudança de conceito sobre a PM



Fonte: O Autor (2018)

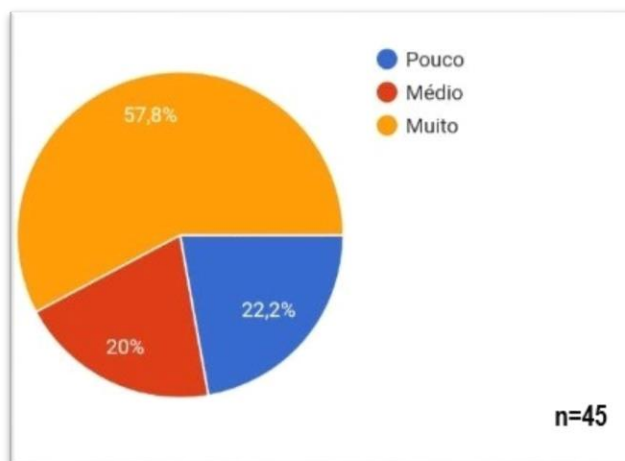
No que diz respeito às mudanças ocorridas depois da participação neste programa quanto aos conceitos que se tem da PM, 17,8 disseram que é pouco, 15,6% afirmaram que é médio e 66,7% afirmaram que é muito.

Nota-se que a maior parte dos entrevistados reconhece que a participação no PPMM mudou seu conceito sobre a Polícia Militar, uma vez que hoje veem o trabalho desses profissionais como aquele carregado de desafios no qual a participação da sociedade num regime de parceria no combate à criminalidade faz-se necessário.

Skolnick e Bayley (2002) afirmam que o principal objetivo do policiamento é o atendimento das necessidades apresentadas pela sociedade. Ao crescer num contexto em que o papel do policial é visto como uma possibilidade de fortalecimento da confiança e da melhoria do combate à criminalidade, a criança e o adolescente se tornam capazes de vislumbrar também a importância de sua participação nesse contexto.

De acordo com Oliveira (2017) o modelo apresentado pela Polícia Militar Mirim é de grande importância para a construção de uma sociedade melhor e como crianças e adolescentes estão em um processo contínuo de formação em todos os aspectos, é essencial que recebam essa formação bem alicerçada em saberes pautados na cidadania, para que assim possam ser pessoas que ofereçam a sua família e a sociedade em que está inserido os saberes aprendidos por meio de suas ações.

Gráfico 4: Benefícios do programa em relação à prevenção de drogas e criminalidade



Fonte: O Autor (2018)

Ao serem questionados se as atividades desenvolvidas neste programa mostram o benefício de se manter longe das drogas e da criminalidade, os resultados apontam que sim, pois 57,8% responderam que ajuda muito, 20% disse que é médio e 22,2% afirmaram que esses benefícios são poucos.

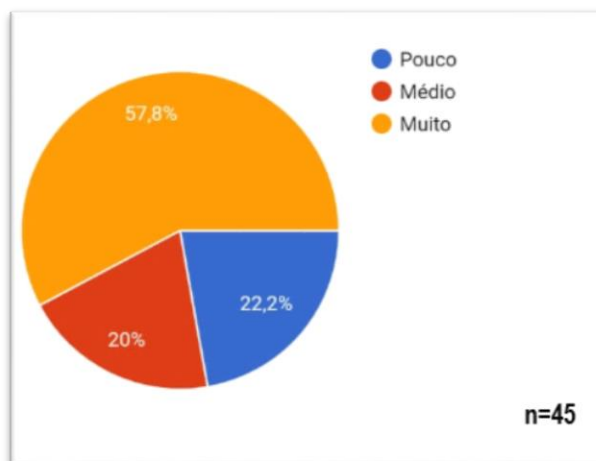
Ao se analisar as respostas dos jovens matriculados no programa nota-se que em todas as questões os índices positivos se sobressaem aos demais e corroboram com a literatura pois, no Trabalho de Linhares (2006) fica clara a contribuição de programas como o da Polícia Miriam para o desenvolvimento social e psicológico de seus participantes.

Nesse sentido Oliveira (2017) afirma que o Programa da Polícia Mirim tem como principal propósito um aprimoramento técnico e profissional que visa trabalhar o desenvolvimento social, intelectual e civil de crianças e adolescentes a fim de que possam integrar a comunidade e contribuir para a construção de uma sociedade menos violenta e mais justa.

4.2 FAMILIARES

Os gráficos 5 a 8 trazem os resultados do questionário aplicado aos 45 familiares responsáveis pelos jovens matriculados no Programa Polícia Mirim do Estado de Goiás.

Gráfico 5: Motivação do filho em participar do programa



Fonte: O Autor (2018)

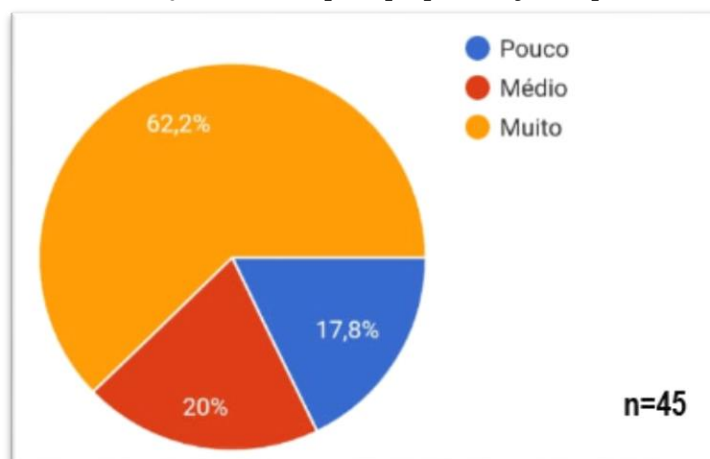
Em relação a motivação do filho para participar do programa, 22,2 respondeu que é pouco, 20% apontou que é médio e 57,8 considera que o filho se sente muito motivado.

A percepção da família em relação à participação da criança e do adolescente no PPMM é de fundamental para que continuem motivadas no projeto tendo em vista os benefícios que o mesmo poderá trazer para sua formação em termos morais e éticos.

Linhares (2006) ressalta que as estratégias utilizadas pelo programa se pautam em estratégias de proteção as quais envolvem competências de ordem social, habilidades de comunicação, de empatia, tomada de decisões, resolução de conflitos, autonomia, objetivos de vida, prevenção às drogas entre outros comportamentos destrutivos.

Oliveira (2017) ressalta que um dos principais objetivos do programa é aproximar a polícia com a comunidade. Uma vez que a corporação é vista nessa perspectiva, tanto as crianças e adolescentes participantes do programa, quanto seus familiares sentem-se motivados e entusiasmados com o projeto em razão dos efeitos positivos que o mesmo pode produzir em seus participantes.

Gráfico 6: Contribuições do curso para preparar o jovem para adversidades



Fonte: O Autor (2018)

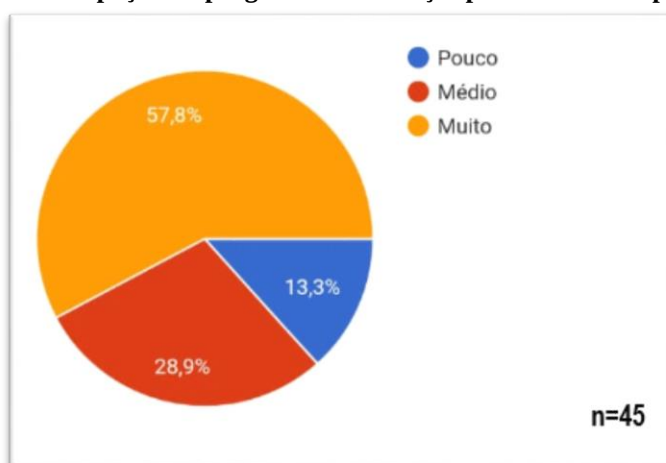
Ao ser questionado se o programa ajuda a preparar o filho para as adversidades que possam surgir ao longo da vida, a maior parte dos entrevistados sendo 62,2% deles disseram que contribui muito, 20% disseram que é médio e 17,8% consideram que é pouca.

Nota-se a partir dos índices apresentados que a maior parte dos familiares concorda que a participação do filho no programa contribuiu para a mudança na percepção de futuro. Isso porque, de acordo com os valores aprendidos o (a) policial mirim compreende valores intrínsecos à família no qual o principal pilar é o respeito sendo que a partir dele outros vão sendo vislumbrados como a ética e a cidadania.

Assim, Oliveira (2017) afirma que os saberes aprendidos no programa auxiliam a criança a se auto avaliar quando ao uso de drogas e envolvimento com a criminalidade no qual conseguem avaliar os benefícios de se continuar seguindo numa realidade sem a presença desses comportamentos, ou se desviar dele e se inserir num caminho de difícil regresso. O autor pontua que é importante trabalhar estas crianças e adolescentes para saberem lidar com as dificuldades sociais contemporâneas, que por certo garantirão melhorias na qualidade e aperfeiçoamento da vida num âmbito geral.

Ressalta-se que tais melhorias estão diretamente relacionadas à maneira como a criança e o adolescente concebem o conceito de família, de unidade e principalmente de respeito mútuo entre seus membros.

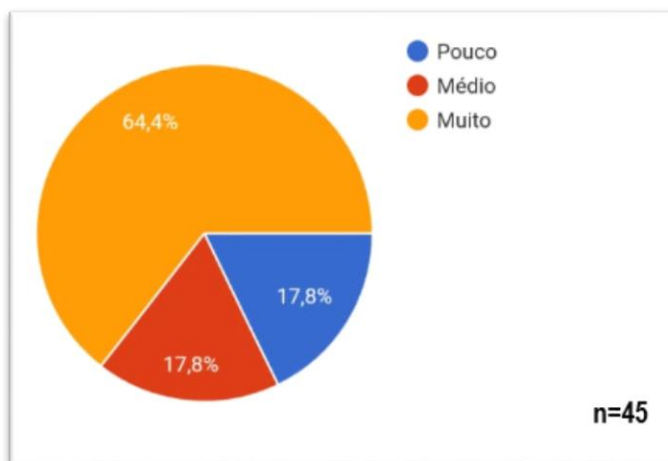
Gráfico 7: Participação no programa e mudanças positivas de comportamento



Fonte: O Autor (2018)

Em relação às mudanças positivas que o programa provocou no comportamento das crianças e jovens, 13,3% disseram que é pouco, 28,9% responderam que é médio e 57,8% consideram que mudou muito.

Como se pode observar a maior parte dos familiares apontam mudanças positivas no comportamento do filho depois que está inscrito no PPMM. Conforme já demonstrado em questões anteriores, os resultados de programas já implantados como o de Jussara-Go apresentado por Oliveira (2017) apontam para os benefícios do mesmo para a formação de seus participantes como melhoria no comportamento, maior consciência dos malefícios causados pelas drogas e pela criminalidade e principalmente a valorização da família.

Gráfico 8: Eficácia do programa na prevenção de drogas

Fonte: O Autor (2018)

Sobre a eficácia do programa na prevenção de drogas, 17,8% disseram que é pouco, 17,8% que é médio e 64,4 pontuaram como muito eficaz.

Acerca da eficácia do PPMM os resultados são encontrados também nos trabalhos de Oliveira (2017) Bohn (2014) e Linhares (2005) os quais pontuam os benefícios da polícia comunitárias e todas as suas configurações sendo a polícia mirim uma delas.

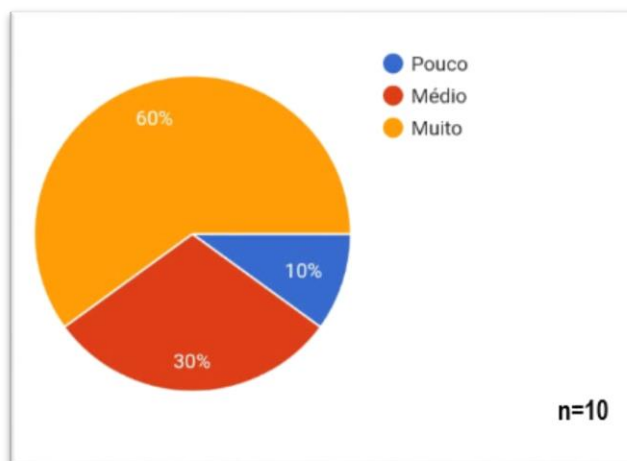
Conforme Bohn (2014) as mudanças que ocorreram nas práticas policiais somente foram possíveis devido á reflexões a partir de policiamento tradicional que marcada mais pela repressão do que pela aproximação amigável do policial como cidadão. Com o passar dos anos concluiu-se que elas se revelaram ineficazes na inibição do crime e ao mesmo tempo contribuíram para que o cidadão construísse uma representação negativa do policial militar.

As mudanças nessas práticas contribuíram para que a população modificasse sua visão em relação à polícia militar e passasse até mesmo a ser parceira contribuindo para o combate à criminalidade. No que diz respeito à melhoria no combate à prevenção de drogas os trabalhos dos autores acima referenciados demonstram que tais contribuições se dão porque a proposta desses projetos é a prevenção e sendo assim, trabalha-se com a conscientização das crianças e adolescentes quanto ao envolvimento com essas práticas, o que o torna eficaz.

4.3 INSTRUTORES

Os gráficos 9 a 11 trazem os resultados do questionário aplicado aos 10 instrutores dos jovens matriculados no Programa Polícia Mirim do Estado de Goiás.

Gráfico 9: Eficácia da ferramenta na prática da PPMM



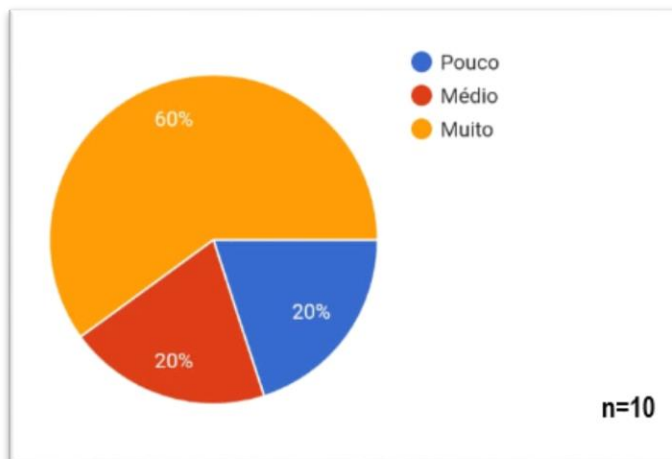
Fonte: O Autor (2018)

Os instrutores foram questionados se na prática o PPMM tem se mostrado uma ferramenta eficaz na prevenção ao uso de drogas pelos adolescentes. Os índices mostram que 10% pontuaram como pouco, 30% como médio e 60% consideram que a é uma ferramenta muito eficaz.

Nota-se que também para os instrutores, os resultados o programa de prevenção às drogas e criminalidade por meio da Polícia Militar Mirim são eficazes àquilo que se propõe.

Nesse sentido Bohn (2014) afirma que iniciativas voltadas para os problemas da comunidade proporcionam uma mudança de valores nos policiais e nos cidadãos, trazendo maior comprometimento e consciência de suas obrigações e responsabilidades. Uma vez conscientes de tais obrigações, os jovens participantes do PPMM passam se autorresponsabilizar por suas atitudes e terem consciência de manter um comportamento ético tanto frente à própria PM, quanto aos demais grupos sociais dos quais fazem parte.

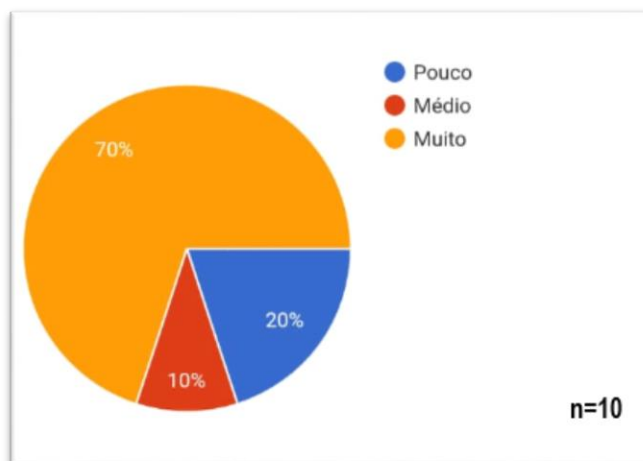
Oliveira (2017) reafirma a importância do PPMM ao citar que em quase 17 anos de Guarda Mirim mais de 300 jovens já passaram por ele e dentre os quais não houve nenhum registrado envolvendo qualquer um deles em delitos criminais ou com uso de drogas. De outro modo, jovens que porventura estiveram envolvidos em delitos ou com drogas ao se inserirem no programa não conseguiram permanecer porque não se adequaram à proposta.

Gráfico 10: Aplicação do programa e impacto na sociedade

Fonte: O Autor (2018)

Essa questão procurou saber se a aplicação do programa tem impacto na sociedade a qual está inserido: adolescente, família, escola e comunidade. As respostas mostram que 20% considera pouco, 20% médio e 60% muito.

Sobre o impacto que o PPMM pode trazer para a sociedade nota-se que a maior parte dos entrevistados confirmou os impactos positivos. No trabalho de Oliveira (2017) é possível encontrar afirmativa que confirme isso, pois, segundo o autor os benefícios podem ser sentidos na redução da criminalidade e no envolvimento dos jovens com substâncias ilícitas.

Gráfico 11: Expansão do programa para outras unidades da PM

Fonte: O Autor (2018)

Ao serem questionados se este programa deveria ser expandido para outras unidades da PMGO, 20% respondeu que pouco provável, 10% disseram que médio, 70% responderam que sim.

Ao analisar as respostas dos instrutores nota-se que para eles também o programa traz contribuições positivas tendo em vista que também estão de acordo com a literatura pesquisada.

A necessidade da expansão do programa se dá porque a Guarda Mirim concilia em seus atributos as ações da polícia comunitária, ao unir de maneira literal bairros e regiões das cidades levando um policiamento “atuante e participante das situações e necessidades de cada núcleo, do qual desenvolve-se um projeto social voltado para a defesa dos cidadãos e de seus interesses” (OLIVEIRA, 2017 p.5)

5 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste estudo foi demonstrar a eficácia do policiamento comunitário, mais especificamente do Programa Polícia Militar Mirim, como uma ferramenta de aproximação da PM com crianças e adolescentes, prevenindo o acesso destes cidadãos a drogas e a infratores da lei, auxiliando na formação de indivíduos com caráter e disciplina para vivência em sociedade.

O policiamento comunitário, vertente dos modos de operação da PM, visa aproximação desta instituição com a comunidade, interação com a sociedade, comprometimento das pessoas atingidas por este policiamento na preservação e manutenção da ordem pública. Esta estratégia foi criada para obter resultados significativos no tocante a redução da criminalidade, apresentando à sociedade um policial militar sensível aos problemas de sua área de atuação e imbuindo à comunidade afetada coordenação e responsabilidade na manutenção da segurança pública em seu habitat.

Em 1998, houve o início de um projeto que alavancaria o policiamento comunitário em nosso Estado. O PROERD abriu os quartéis para discussão e implantação do policiamento de proximidade iniciando na PM uma evolução no quesito policiamento ofertado à sociedade. Em 2013, a criação do Centro de Polícia Comunitário proporcionou a normatização da filosofia de policiamento comunitário e das atividades a serem desempenhadas almejando a eficácia deste policiamento. Assim surgiu a Seção Polícia Mirim.

Com o intuito de mensurar a eficiência do Programa Polícia Militar Mirim foi realizada pesquisa com familiares, instrutores e jovens matriculados no Programa do 31º Batalhão de Polícia Militar, aonde questões direcionadas a cada segmento que compõe os influenciados pelo programa, trouxe a tona suas impressões, opiniões e conclusões, sendo informações primordiais para remate deste estudo. Neste programa, os jovens consultados

demonstraram preparo para enfrentamento de situações adversas, principalmente em relação à prevenção de drogas e criminalidade, assim como proximidade e quebra de paradigmas com a relação à PM.

Os familiares apontaram a motivação do jovem em participar do programa e as mudanças positivas em seu comportamento, principalmente no seio familiar. Os instrutores foram questionados nos quesitos: eficácia prática do PPMM, aplicação, expansão e impacto do programa na sociedade; todas as respostas foram positivas e denotam êxito como resultado da implantação do Programa Polícia Militar Mirim.

Ao longo deste estudo ficou evidente que o policiamento comunitário, especificamente o Programa Polícia Militar Mirim, cumpre os seus propósitos: traz a uma comunidade específica uma Polícia Militar combativa e sensibilizada ao problema, transformando jovens e crianças em cidadãos conscientes, contribuintes e participantes de uma base familiar sólida e reconhecendo no Estado, através da Polícia Militar, um provedor de seus direitos constitucionais.

6 REFERÊNCIAS

BOHN, Maurício Futryk. **Policiamento comunitário: a transição da polícia tradicional para polícia cidadã** (2014) disponível em < <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/IV/54.pdf>> Acesso em 8 abr. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GARCIA, Elias. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica – uma discussão necessária. **Revista Línguas & Letras**, v. 7 n. 35. 2015 Disponível em < revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/download/13193/10642> Acesso em 11 abr. 2018.

LINHARES, Sólton Cícero. **Educação, trabalho e dimensões social e escolar da drogadição: um estudo sobre políticas públicas antidrogas e o PROERD em Curitiba/PR**. Dissertação (Mestrado). Curitiba- PR, 2006. Disponível em < <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/7829/TESE%20SOLON%20-%20PROERD%20E%20DROGADI%20c7%20c3O.pdf?sequence=1>> Acesso em 11 abr. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Jacks Martins de. Projeto Polícia Mirim de Jussara Importância para os pais e a comunidade (2017) Disponível em < <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/.../Monografia%20-%20CAESP%202017%20-%20>> Acesso em 10 abr. 2018.

RECOMENDAÇÃO N° 01 de 28 de abril de 2011, dispõe sobre atividades de guardas mirins em Minas Gerais. Disponível em < http://www.social.mg.gov.br/cedca/images/publicacoes/recomendacoes/recomenda_guarda_mirim.pdf> Acesso em 11 abr. 2018.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policimento Comunitário**: Questões práticas através do Mundo. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. **A guarda mirim como instituição de educação capitalista**: peculiaridades da educação informal burguesa no Oeste do Paraná (2009) Disponível em < https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/a-guarda-mirim-como-instituicao-de-educacao-capitalista.pdf> Acesso em 08 abr. 2018.